

Evolução e perfil populacional da população residente nos aglomerados subnormais, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1991-00*

Rosetta Mammarella**

Pesquisadora da FEE e do Observatório das Metrôpoles-
-Instituto do Milênio-CNPq

Resumo

*Este estudo visa analisar a evolução, entre 1991 e 2000, do perfil ocupacional e social da população que vive nos aglomerados subnormais da RMPA, comparativamente à situação metropolitana, utilizando os **Censos Demográficos**. O fato de os moradores de aglomerados terem ou não potenciais oportunidades de vida semelhantes às da população metropolitana é uma das preocupações presentes nas análises. O estudo enfoca dois pontos: o primeiro diz respeito ao modo como se inserem no mundo do trabalho, a partir da análise do perfil ocupacional; o segundo atém-se à identificação das características demográficas e sociais. O que se pode concluir é que, apesar de uma relativa melhora afetando o perfil geral da população que vive em aglomerados subnormais, comparativamente às médias metropolitanas, persistem padrões que perpetuam as diferenciações e as segregações social e espacial.*

Palavras-chave: aglomerados subnormais; segregação social; favelas.

Abstract

In this paper we analyze the professional and occupational profile of the population living in impoverished areas in the RMPA in the years 1991/2000. For the analysis of such evolution, we compared our findings with data obtained from the Demographic Census during the same period. The

* Este artigo foi desenvolvido no quadro do programa de pesquisa do Observatório das Metrôpoles-Instituto do Milênio-CNPQ. Artigo recebido em 02 out. 2006.

** A autora agradece aos colegas do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos pelas sugestões recebidas e, em particular, à Socióloga Tanya M. de Barcellos pelo apoio constante para que esse trabalho se concretizasse. Os problemas porventura remanescentes são de inteira responsabilidade da autora.
E-mail: rosetta@fee.tche.br

analysis focused on two main points: the first was concerned with the way people living in slums participate in the work force; the second tried to identify the social and demographic characteristics of such group. The findings suggest that although there has been some improvement in their profile, the patterns that perpetuate social and spatial segregation still persist.

Introdução

Este trabalho integra as pesquisas que estão em andamento no Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos da Fundação de Economia e Estatística (NERU-FEE) e foi desenvolvido no âmbito do programa de pesquisa do Observatório das Metrópoles¹, dando seqüência a um estudo anterior, em que o enfoque central da problemática da moradia recaía sobre o déficit habitacional (Mammarella, 2004). Já nessa ocasião, havia sido feito um diagnóstico amplo do perfil social da população que vivia nos aglomerados subnormais, em 2000, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), tendo como base as informações censitárias.

Neste momento, o objetivo é ampliar esse conhecimento, analisando a evolução, entre 1991 e 2000, do perfil socioocupacional e de algumas características demográficas sociais da população que vive nos aglomerados subnormais² da RMPA frente às médias metropolitanas. A base de dados é a dos **Censos Demográficos**, e, para considerar as mudanças ocorridas entre um ano e outro, a composição da Região Metropolitana foi ajustada para a conformação existente em 1991.

No referido artigo (Mammarella, 2004), salientam-se as dificuldades encontradas para trabalhar com a categoria “aglomerados subnormais”, da variável tipo de

setor, levantada pelo IBGE, particularmente no que diz respeito às limitações que os dados oficiais oferecem, quando se pretende conhecer de modo efetivo o montante de população que vive nessas condições. Mas a existência da informalidade na área da moradia, no Brasil, é uma realidade instalada há muitas décadas, e o fenômeno da favelização é de amplo conhecimento dos órgãos decisórios de políticas da área, haja vista a quantidade de estudos que têm sido realizados.³ Órgãos oficiais, tanto da União como dos estados e municípios, realizam levantamentos de tempos em tempos, com o intuito de conhecer a extensão da informalidade na área da moradia. Malgrado a maior ou menor precisão dos números levantados, a divulgação do tamanho das favelas, seja no plano nacional, seja no regional, tem estado presente nos meios de comunicação, calcada em estatísticas oficiais. Por exemplo, em 2003, um levantamento do IBGE contabilizava a existência de 16.000 favelas cadastradas no Brasil (Brasil..., 2003). Poucos anos antes, como resultado do **Censo Demográfico 2000**, foram identificados 222.705 domicílios em aglomerados subnormais, no Rio Grande do Sul, 58.763 a mais do que os levantados no Censo de 1991. Desse total, cerca de um quarto (52.663) localizava-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2000. Portanto, o problema, amplamente conhecido, permanece sem solução.

A favelização é um problema social que, atualmente, parece tomar feições de insolubilidade (Mammarella, 2004). Instaure-se como o resultado de múltiplos processos e mecanismos de ordem econômica e política, que, de modo intrínseco, estruturam a sociedade capitalista. O modelo econômico excessivamente concentrador de renda, a saída do Estado da economia e o fim dos benefícios sociais, resultando na implantação do modelo neoliberal — que implicou, dentre outras medidas, a privatização de estatais, a desregulamentação

¹ Uma versão simplificada foi apresentada no Seminário Latino-Americano Gestão do Solo Urbano: Inovações, Instrumentos e Experiências, promovido pelo Lincoln Institute e realizado na UFRGS/PROPUR, em 29 de maio de 2006, em Porto Alegre.

² Aglomerados subnormais, favelas e vilas irregulares são denominações que se referem ao mesmo fenômeno. Segundo Preteceille e Valladares (2000, p. 377-378), foi em 2000 que, pela primeira vez, o IBGE incluiu, na contagem da população brasileira a noção de aglomerado subnormal. Para o último levantamento censitário, foi definido como sendo o “[...] conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando, ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2002).

³ Alguns estudos mais recentes sobre vilas ou favelas estão em: Moraes e Anton (2000), Perfil... (2004), Taschner (2001), Lago e Ribeiro (2001), Souza (2001), Mapa... (1997), Guimarães (2000) e Preteceille e Valladares (2000).

de setores até então restritos a empresas do Governo (Oliveira, 2006) —, agravaram os problemas sociais historicamente instalados. Dentre outras conseqüências desses condicionantes, encontram-se o desemprego estrutural⁴, a seletividade no mercado imobiliário, o crescimento da violência, o aumento e a manutenção da pobreza urbana e o padrão de urbanização segregador que se tem estabelecido ao longo do tempo, constituindo os mais graves problemas encontrados nas cidades brasileiras. Ou seja, as causas estruturais vinculadas ao padrão desigual de produção, acumulação e distribuição de renda no País, somadas às formas de governabilidade tradicionais ainda predominantes e à ação especulativa dos mercados imobiliários, estão fortemente associadas às formas de segregação, fragmentação e segmentação socioterritorial nas cidades (Ribeiro, 2000), onde a favelização se apresenta como expoente.

Os espaços de favela não são povoados apenas pelo contingente de desempregados. São compartilhados por trabalhadores que têm um lugar próprio na divisão social do trabalho, independentemente do grau de formalização de sua vinculação ao mercado de trabalho. Tal é o caso dos empregados domésticos, dos operários da construção civil, dos faxineiros, dos trabalhadores de serviços gerais, dos vendedores, etc., cuja renda é insuficiente para morar dentro dos parâmetros da legalidade (pagamento de aluguel, compra de casa própria) e que não encontram outra alternativa de acesso à terra ou à moradia urbana.⁵

⁴ O desemprego estrutural está relacionado à substituição de trabalho humano por processos mecanizados, acarretando perda de postos de trabalho em todos os setores da economia. Não é um fenômeno inteiramente novo na atual economia, mas particulariza-se pelas velocidade e intensidade com que as mudanças ocorrem, associado às redefinições do papel do “Estado-padrão”. São maiores e mais específicas as exigências de ingresso e manutenção no mercado de trabalho: “[...] se na década de 60 ou 70 uma boa instrução poderia garantir um sustento razoável, hoje uma boa instrução pode apenas dar uma chance melhor no mercado de trabalho. Nem mesmo carreiras tradicionais, como medicina, direito ou engenharia, estão ilesas às incertezas dos tempos da informação. Com o ritmo das mudanças acelerado, muitas profissões deixam de existir, e o medo do novo pode não eliminar sua profissão, mas talvez eliminar o seu emprego” (Oliveira, 2006).

⁵ Não se desconhece também que, nas favelas ou nas áreas de ocupação irregular, exista certa mistura social, como se depreende dos relatos dos beneficiados pelo Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC), que formam o Loteamento Pôr do Sol, em Porto Alegre (Teixeira, 2005). Em Cenecorta e Smolka, encontra-se: “Embora a pobreza seja responsável por uma parte significativa dos arranjos informais existentes, a magnitude e a persistência da informalidade observadas não podem ser explicadas somente pela pobreza. De fato, apesar da alta correlação encontrada entre pobreza urbana e assen-

A favelização nas grandes cidades e nas metrópoles ocorre de forma muito dinâmica, a partir de processos algumas vezes espontâneos, outras vezes dirigidos⁶, associados a uma série de fatores: aumento do desemprego e da pobreza; aumento do custo de vida e baixa capacidade de arcar com despesas de aluguel e reduzida ou quase inexistente oferta de terra para a população de baixa renda dentro dos mecanismos formais (Cenecorta; Smolka, 2000). Também concorrem para isso os mecanismos informais de acesso a um lote urbano e/ou moradia, que fomentam um mercado imobiliário ilegal e que acabam se legitimando e sendo socialmente tolerados. Outro fator reside na existência de terras urbanas disponíveis, tanto públicas como privadas, que são mantidas em reserva para valorização. Quanto a este último aspecto, não se pode perder de vista que, dado o processo desordenado de crescimento urbano-metropolitano, mesmo aquelas localidades que estão desprovidas de infra-estrutura mínima e são de difícil acesso, na medida em que vão sendo ocupadas, começam a gerar progressiva valorização pela incorporação, ao longo do tempo, de benefícios urbanos. Ou seja, a terra que sofre processos espontâneos de ocupação para moradia e que é urbanizada vai, ao longo do tempo, adquirindo valor de mercado. Isso ocorre tanto pela ação dos moradores, que dispõem de seu tempo e energia para realizar melhorias mínimas de infra-estrutura (como, por exemplo, atividades de mutirão para abrir valões para escoamento de esgoto), quanto pela interferência do poder público, quando aloca serviços como água encanada, escolas, posto de saúde, linhas de ônibus, etc. nessas áreas (Singer, 1979). Recebendo esses benefícios, essas áreas são valorizadas e passam a ser comercializadas, não obstante sua condição de informalidade. Dessa forma, mantém-se a condição sistêmica de inviabilidade para a aquisição de moradia através de meios formais para uma grande parcela da população, induzindo-a à ocupação de terras disponíveis, que, no curso do tempo, pelas melhorias que lhe vão sendo adicionadas, provocam sua valorização e mercantilização (formal ou informal). O ciclo

tamentos informais, nem todos os ocupantes dos assentamentos informais podem ser classificados como pobres [...] mesmo para quem não é pobre, pode ainda ser muito caro comprar lotes no mercado formal, uma vez que o comprador pode não estar qualificado para a compra (por falta de credenciais legais ou outras formalidades) [...]” (Cenecorta; Smolka, 2000, p. 90 e 92).

⁶ A ampla literatura sobre os movimentos sociais dos anos 70 e 80 é pródiga nos relatos de processos de ocupação de terras urbanas; para uma ampla bibliografia a respeito, ver Mammarella (1996).

tem sua continuidade com novas expulsões, novas ocupações, em processos de retroalimentação.

Algumas questões são orientadoras das reflexões: qual é o perfil ocupacional dessa população? Em que medida suas condições e oportunidades de vida acompanham, minimamente, o padrão médio metropolitano? Existem evidências que permitam afirmar que, na década de 90, as possibilidades de acesso aos meios para uma melhor qualidade de vida se ampliaram? Ou, ao contrário, persistem os padrões que perpetuam as diferenciações e a segregação social e espacial?

1 Características ocupacionais e sociais da população em aglomerados subnormais, na Região Metropolitana de Porto Alegre⁷

1.1 Perfil socioocupacional

A análise das características demográficas e sociais dos moradores em aglomerados subnormais é complementada levando-se em consideração a posição que eles ocupam, tendo como referência básica a categoria trabalho. Para tanto, foi construída uma classificação hierárquica, a partir das informações levantadas pelo **Censo Demográfico 2000** (IBGE, 2002), sobre a ocupação

da população.⁸ Essa classificação foi feita com base em alguns princípios de divisão que retratam as principais oposições que fundamentam a organização social das sociedades capitalistas (Ribeiro; Lago, 2000). O pressuposto básico que orientou a organização das ocupações é que o trabalho desempenha um papel fundamental para a organização da sociedade. Nesse sentido, o lugar ocupado pelas pessoas na divisão social do trabalho é um indicativo importante de sua posição na estrutura social, com reflexos sobre os rendimentos e ganhos. Nessa perspectiva, e com base nos indicadores disponíveis, a variável “ocupação” levantada nas estatísticas oficiais “[...] tem um conteúdo material e de representação social que permite reconhecer, a partir dela, uma hierarquia social, um esboço da estrutura social” (Mammarella; Barcellos; Koch, 2000). No trabalho classificatório, foram identificadas 24 categorias socioocupacionais, ou conjunto de ocupações, que conformam uma estrutura que traduz a posição hierárquica dos ocupados na sociedade.⁹

A Região Metropolitana de Porto Alegre apresenta uma estrutura socioocupacional cujas principais características se relacionam ao peso dos trabalhadores do Secundário e das ocupações médias, que detêm uma participação quase igual na conformação da estrutura social metropolitana, reunindo, cada um desses conjuntos, mais de um quarto dos ocupados, com destaque para os operários da indústria tradicional, no primeiro caso, e para os que exercem ocupações em escritório, no segundo.

A análise dessa mesma estrutura considerando apenas a população dos aglomerados subnormais foi realizada no intuito de detectar se existem, ou não, especificidades frente ao conjunto metropolitano. Ou seja, trata-se de saber se é possível estabelecer alguma relação entre o perfil ocupacional e o espaço da moradia, marcado pela quase-ausência de condições de urbanidade e legalidade.

⁷ Para a análise comparativa, o território metropolitano foi ajustado de acordo com sua conformação em 1991, ou seja, 22 municípios: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Triunfo e Viamão. Em alguns municípios da Região Metropolitana, não foram identificados aglomerados subnormais pelo IBGE: para Cachoeirinha e Viamão, não há informações em 1991, e, para Esteio e Parobé, não há em 2000. Em alguns casos, o tamanho da população em aglomerados é muito reduzido, o que ocasiona algumas distorções, quando se analisa o dado municipal. Por isso, a preferência será considerar as médias metropolitanas, construídas sobre 22 municípios.

⁸ Na **Documentação dos Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000**, a ocupação está assim definida: “[...] entende-se por ocupação a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa numa atividade econômica, referindo-se sempre ao trabalho principal” (IBGE, 2002). Ver também Mammarella e Barcellos (2005a, 2006b).

⁹ Para efetuar a análise sobre as mudanças na estrutura socioocupacional entre 1991 e 2000, foram feitos todos os ajustes técnicos necessários que permitissem, pelo menos, uma comparabilidade relativa, uma vez que a definição da variável “ocupação” no **Censo 2000** difere da de 1991 (Mammarella; Barcellos, 2005b).

Nessa comparação, é preciso ter presente que, tendo em vista a aplicação dos critérios oficiais no levantamento censitário, a população residente nos aglomerados fica muito reduzida, representando, em 2000, 5,73% do total da Região. Quando se considera apenas o universo dos ocupados nos aglomerados, informação obtida nos resultados da amostra, lida-se com um contingente populacional sempre menor. Em 2000, o percentual de ocupados nos aglomerados correspondia a 48,23% da PIA (Tabela 1). Apesar dessas limitações, é possível, assim como ocorre com os indicadores acima analisados, traçar um perfil da estrutura ocupacional nessas áreas, que correspondem, basicamente, aos locais de moradia dos mais pobres.

Em 1991, o percentual de ocupados em relação à população de 10 anos e mais era levemente superior à média metropolitana, mas, em 2000, esse diminuiu mais do que três pontos percentuais nos aglomerados e, no conjunto metropolitano, não se alterou em relação a 1991 (um pouco acima de 51%). Segundo os dados da Tabela 1, em 2000, aumentou relativamente a população nos aglomerados, e diminuiu o percentual de ocupados. E esse não é apenas um problema estatístico, tendo em vista que a desocupação proveniente do desemprego assume um sentido social de estigma e se constitui num ardil: as pessoas são moradoras em áreas irregulares, porque não têm emprego, pelo menos estável e bem remunerado, e encontram dificuldades para se empregar, porque sofrem a discriminação de viver em vilas, favelas.

Partindo para a análise da estrutura social nos aglomerados, a primeira constatação que se faz é a de que os trabalhadores do Secundário ocupam uma posição muito privilegiada nessa estrutura, representando 37% em 2000, apenas um ponto percentual abaixo do seu peso em 1991, diferentemente do conjunto metropolitano, em que essa categoria representa cerca de um quarto dos ocupados (Tabela 2). Outra diferença entre uma e outra estrutura é que, enquanto são os trabalhadores da indústria tradicional que predominam no conjunto metropolitano (representando 13% e 9% em 1991 e 2000, respectivamente), nos aglomerados, a maior contribuição para a constituição dessa categoria deve ser atribuída aos operários da construção civil, que representam em torno de 16% dos ocupados nos dois anos.

A segunda categoria que tem um peso muito significativo para a conformação da estrutura ocupacional nos aglomerados é a dos trabalhadores do Terciário Não Especializado, com um percentual de 29,31% (que, somados aos trabalhadores do Secundário, atingem a cifra de 66% do total de ocupados nos aglomerados). Entre os trabalhadores do Terciário Não Especializado,

destaca-se a presença dos trabalhadores domésticos (13,58%), seguidos dos prestadores de serviços não especializados (9,82%), que são compostos por trabalhadores em serviços de manutenção de edifícios, auxiliares, guardas e vigias, entregadores, em serviços de manutenção e conservação de vias permanentes. Portanto, o problema está mesmo nos aglomerados subnormais, onde predomina a moradia dos trabalhadores que tradicionalmente se inserem nos setores mais sujeitos a precariedades, seja em termos de remuneração, seja em termos de proteção social (sem carteira assinada).

Um terceiro ponto diz respeito à presença relativa maior de trabalhadores do Terciário Especializado nos aglomerados frente à média metropolitana, constatando-se uma ligeira elevação entre 1991 e 2000. Nessa categoria, são os prestadores de serviços especializados¹⁰ que têm maior peso (9,65% em 1991 e 11,19% em 2000).

Em síntese, o perfil da população ocupada nos aglomerados não se alterou significativamente, e as categorias mais elevadas na estrutura social estão ausentes, sendo que as ocupações médias têm uma representação muito pequena (12%). Portanto, as tênues mudanças ocorridas entre 1991 e 2000 mantiveram o perfil predominante dos ocupados nos aglomerados, que é composto, basicamente, por trabalhadores cujas ocupações são de menor reconhecimento social.

¹⁰ A categoria dos prestadores de serviços especializados é composta por ocupações relacionadas a tarefas que, sem serem de nível técnico, exigem uma certa especialização, como é o caso, por exemplo, dos reparadores de equipamentos fotográficos, de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares, de aparelhos domésticos, de equipamentos de escritório; dos vidreiros e ceramistas; dos trabalhadores nos serviços de administração de edifício ou nos serviços de higiene e embelezamento; e assim por diante.

Tabela 1

População, total e ocupada, metropolitana e dos aglomerados subnormais da RMPA — 1991 e 2000

POPULAÇÃO	RMPA (1) (A)		AGLOMERADO SUBNORMAL (2) (B)		B/A (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Total	3 022 583	3 496 583	128 378	200 473	4,25	5,73
PIA (10 anos e mais) ..	2 413 825	2 886 878	92 340	147 695	3,83	5,12
Ocupada	1 233 987	1 475 683	47 657	71 239	3,86	4,83
Ocupada/PIA	51,12	51,12	51,61	48,23	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

(1) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991. (2) Não há dados relativos à população em aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000.

Tabela 2

Distribuição relativa das categorias socioocupacionais da RMPA e dos aglomerados subnormais da RMPA — 1991 e 2000

NÚMERO	CATEGORIAS SOCIOOcupACIONAIS	RMPA (1)		AGLOMERADOS SUBNORMAIS (2)	
		1991	2000	1991	2000
	Dirigentes	1,47	1,39	0,23	0,19
CAT21	Grandes empregadores	1,18	0,80	0,23	0,08
CAT22	Dirigentes do setor público	0,10	0,27	0,00	0,06
CAT23	Dirigentes do setor privado	0,19	0,32	0,00	0,05
	Intelectuais	5,84	7,61	0,51	0,79
CAT41	Profissionais autônomos de nível superior	1,20	2,12	0,29	0,26
CAT42	Profissionais empregados de nível superior	1,19	2,83	0,16	0,30
CAT43	Profissionais estatutários de nível superior	1,48	0,72	0,02	0,07
CAT44	Professores de nível superior	1,98	1,93	0,04	0,16
	Pequenos empregadores	3,47	3,23	0,94	0,84
CAT31	Pequenos empregadores	3,47	3,23	0,94	0,84
	Ocupações médias	29,39	26,94	11,36	12,22
CAT51	Ocupações de escritório	11,80	9,29	4,68	4,81
CAT52	Ocupações de supervisão	5,06	4,48	1,37	1,51
CAT53	Ocupações técnicas	6,40	6,39	2,37	2,34
CAT54	Ocupações médias da saúde e educação	2,90	3,60	1,08	1,64
CAT55	Ocupações de segurança pública, Justiça e correios	2,08	1,95	1,13	1,01
CAT32	Ocupações artísticas e similares	1,16	1,24	0,73	0,92

(continua)

Tabela 2

Distribuição relativa das categorias socioocupacionais da RMPA e dos aglomerados subnormais da RMPA — 1991 e 2000

NÚMERO	CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS	RMPA (1)		AGLOMERADOS SUBNORMAIS (2)	
		1991	2000	1991	2000
	Trabalhadores do Terciário Especializado	14,85	17,42	17,38	19,29
CAT61	Trabalhadores do comércio	8,39	8,73	7,74	8,11
CAT62	Prestadores de serviços especializados	6,47	8,69	9,65	11,19
	Trabalhadores do Secundário	29,26	27,35	38,00	36,89
CAT71	Trabalhadores da indústria moderna	6,98	6,36	6,28	6,65
CAT72	Trabalhadores da indústria tradicional	12,91	8,90	12,21	8,57
CAT73	Operários dos serviços auxiliares	3,07	4,89	3,42	6,05
CAT74	Operários da construção civil	6,30	7,20	16,09	15,62
	Trabalhadores do Terciário Não Especializado ...	14,01	14,70	30,72	29,31
CAT63	Prestadores de serviços não especializados	5,25	4,56	12,28	9,82
CAT81	Trabalhadores domésticos	6,48	6,73	14,60	13,58
CAT82 e 83	Ambulantes e catadores	2,29	3,41	3,83	5,91
	Agricultores	1,70	1,35	0,86	0,46
CAT10	Agricultores	1,70	1,35	0,86	0,46
	TOTAL DA RMPA	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s. d.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

(1) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991. (2) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000.

1.2 Características demográficas e sociais

No que diz respeito às características da população que sofre os efeitos de viver em áreas irregulares, interessa averiguar quais as mudanças que ocorreram no seu perfil demográfico e social e em algumas condições da moradia. Para tanto, serão utilizados indicadores de sexo, idade, cor, escolaridade, anos de estudos, renda, densidade domiciliar e saneamento, todos *vis-à-vis* ao conjunto metropolitano. Partindo da idéia de Torres e Marques (2001) de que a implementação de investimentos e programas sociais dirigidos aos espaços e aos moradores das periferias urbanas não trouxe significativas melhorias a essa população, busca-se averiguar, a partir dos indicadores selecionados, se, na RMPA, as diferenças de padrões existentes entre os moradores dos aglomerados e os do conjunto da Metrópole se tornaram, ou não, mais intensas entre 1991 e 2000.

Em 1991, a população em aglomerados subnormais na Região Metropolitana correspondia a 4,24% da população total e, em 2000, passou para 5,73% (Tabela 3). Porto Alegre e Portão são recordes, em termos proporcionais, na relação entre a população que vive nos aglomerados frente à total, tendo, em 2000, ultrapassado os 10%. No entanto, a situação entre esses dois municípios é bem distinta, uma vez que, em Porto Alegre, isso equivale a mais de 142.000 pessoas e, no outro município, representa apenas cerca de 2.600 pessoas. A dinâmica de crescimento da população entre 1991 e 2000 (Tabela 3) foi bem mais intensa nos aglomerados do que na Região, sendo caracterizada por uma taxa três vezes maior do que a do conjunto metropolitano (5,08% a.a. e 1,62% a.a. respectivamente). Mas esse crescimento não foi homogêneo.

Em Gravataí, a população em favelas cresceu de modo vertiginoso na década — 23,42% a.a. —, enquanto a população total do município cresceu 2,83% a.a.; em Novo Hamburgo e São Leopoldo, as taxas ficaram entre 11% e 12% a.a., também muito superiores às taxas

municipais, de 1,55% a.a. e 1,59% a.a. respectivamente. Esse crescimento tão expressivo da população que procurou aglomerados subnormais situados nesses três municípios pode estar associado a processos econômicos específicos que ocorreram ao longo da década: instalação da GM em Gravataí, momentos de melhoras no desempenho da indústria calçadista durante os anos 90, expansão do setor de serviços, em especial em Novo Hamburgo e São Leopoldo. Além disso, na última década, nestes três últimos municípios, ocorreu um importante dinamismo do mercado imobiliário (Barcellos, 2004), setor que emprega muita mão-de-obra de baixa remuneração. Em outros casos, como em Estância Velha e Sapiranga, a taxa de crescimento da população em aglomerados foi negativa, o que pode estar associados a diversas causas, dentre as quais a implementação de algumas políticas públicas (de retenção ou expulsão) ou pela preferência em se instalar nos municípios maiores do Vale do Sinos, tendo em vista as maiores opções de ocupação.

Na população da Região, predomina o contingente feminino. Nos aglomerados também, mas de forma mais equilibrada (Tabela 4). O equilíbrio entre a população masculina e a feminina foi rompido nos aglomerados de quatro municípios (Eldorado do Sul, Portão, São Leopoldo e Gravataí), sendo que, em Gravataí, o percentual de mulheres passou de 39,08% em 1991 para 51,99% em 2000. Essa é uma especificidade da população em aglomerados subnormais, tendo em vista que, para o conjunto do município, a proporção de homens e mulheres é estável.

No que diz respeito à distribuição da população segundo a cor (Tabela 4), fica evidente a proeminência dos pretos e pardos nesses aglomerados, principalmente em 2000. Entre 1991 e 2000, a população de pretos e pardos mais do que duplicou sua participação no total tanto da região como dos aglomerados. No caso destes últimos, porém, esse contingente atingiu percentuais bem mais elevados. Em 2000, a maior proporção de população preta e parda encontrava-se nos aglomerados de Porto Alegre (34,76%), seguindo-se Guaíba (30,48%), Gravataí (28,04%) e Canoas (25,51%). Nesses municípios, o aumento em relação a 1991 foi significativo. Apesar de a RMPA não ser tão marcada pela diferenciação racial comparativamente a outras regiões metropolitanas brasileiras, aqui também são os pretos e pardos que sofrem com maior intensidade e mais diretamente os efeitos das desigualdades econômicas e da segregação social e espacial.

A análise do perfil etário revela que a proporção de crianças e adolescentes (até 14 anos) é bem maior entre os moradores de aglomerados do que na Região

Metropolitana como um todo (Tabela 5), tendo havido, entre 1991 e 2000, uma redução nessa proporção de cerca de quatro pontos percentuais em ambos os casos. No outro extremo, entre a população classificada como madura e idosa (com idade acima de 45 anos), verifica-se que houve um aumento relativo também nos dois casos, um pouco mais acentuado nos aglomerados, embora essa faixa da população seja bem menor, em termos absolutos, nessas áreas. É importante destacar essas duas faixas etárias, pois nelas estão contidas as parcelas de população que tendem a sofrer maiores vulnerabilidades, demandando políticas específicas nas áreas de educação, saúde e previdência. Em 2000, o Município de Sapiranga destacou-se por registrar, entre a população que vive nos aglomerados, o menor índice de crianças e adolescentes (25,47%) e o maior percentual de população acima de 45 anos (26,62%). Nos aglomerados de Canoas, ainda em 2000, encontrava-se a maior proporção de crianças (41,86%), e, nos de Porto Alegre, a menor acima de 45 anos (10,51%).

Em termos evolutivos, entre 1991 e 2000, chama atenção que, nos aglomerados de São Leopoldo e Portão, a proporção de população até 14 anos aumentou significativamente, com a conseqüente redução da população de mais de 45 anos em termos relativos.¹¹ Em relação às faixas etárias mais propensas a se inserirem no mercado de trabalho (de 15 a 24 anos e de 25 a 44 anos), destacam-se as mudanças que ocorreram nos aglomerados de Estância Velha e Portão, que ganharam mais população entre 15 e 24 anos, e em Portão, Gravataí e São Leopoldo, onde o maior aumento foi na faixa entre 25 e 44 anos. É muito provável que esses movimentos estejam associados à busca do emprego tanto industrial como nos setores de serviços.

A condição de saber ler e escrever (Tabela 6) constitui-se numa das exigências fundamentais para a inserção social de modo não discriminado, embora atualmente já não seja mais condição suficiente para ingresso no mercado de trabalho. De modo geral, tanto na Região Metropolitana como nos aglomerados, verifica-se uma significativa melhora em todos os municípios, entre 1991 e 2000. Porém ainda é grande a proporção de pessoas analfabetas nos aglomerados, em 2000 (em média, 15% e variando entre 10% e 17% nos municípios).

¹¹ Em Portão, a população de mais de 45 anos que mora em aglomerados passou de 59,09% em 1991 para 10,51% em 2000; em São Leopoldo, esses percentuais ficaram em 47,85% e 11,25% respectivamente.

A distribuição relativa da população segundo os anos de estudo permite conhecer quais os níveis de escolaridade que a população dos aglomerados alcança, tendo como parâmetro a média metropolitana. Em termos gerais, até 10 anos de estudo equivale ao fundamental completo e ao médio incompleto; mais de 10 anos de estudo abrange o ensino médio, mesmo que incompleto, e daí em diante.¹²

As desvantagens dos moradores em aglomerados, no tocante aos níveis superiores de ensino, são comprovadas, quando se analisa a distribuição da população de 15 anos e mais que tem acima de 10 anos de estudo (Tabela 7): em 2000, apenas 6,75% dos que moram em aglomerados apresentavam essa condição, contra 27,77% do conjunto metropolitano (Tabela 7). Certamente, pode ser observada uma melhora, mas extremamente tímida, frente à situação de 1991, quando apenas 3,68% das pessoas com mais de 15 anos nos aglomerados chegavam a ter além de 10 anos de estudo. Afora isso, não se pode desconsiderar que, nos dois anos, somente cerca de um quarto da população de 15 anos e mais da Região Metropolitana chegou a mais de 10 anos de estudo.

É certo que, nos aglomerados, a disparidade que se faz presente em todos os municípios é muito maior e revela o quanto a universalização do ensino em todos os níveis ainda se constitui numa utopia. Sem o efetivo acesso universal aos bancos escolares, com ensino de qualidade para todas as classes sociais e tendo como princípio a garantia de igualdade de oportunidades, a tendência é a de produzir e agudizar, ao longo do tempo e de modo institucionalizado, os efeitos de segregação social.

O indicador de renda mais apropriado para medir as diferenças sociais é a renda real. Contudo a variável censitária que mede o rendimento pessoal e que tem comparabilidade entre 1991 e 2000 é a renda total nominal¹³, que foi transformada em salários mínimos. Mesmo assim, ela deve ser tomada com cuidado, pois o poder de compra de um salário mínimo em tempo de

inflação alta, como era em 1991, é bem menor do que em tempo de inflação baixa, como tem sido após 1994. Mas, tendo em vista que, em períodos inflacionários, existem mecanismos e dispositivos de correção, para efeitos analíticos, está-se considerando que o valor de compra de um salário mínimo tem uma equivalência aproximada nos dois anos.

Conforme pode ser visto na Tabela 8, a renda da população de 10 anos e mais que vive em aglomerados segue o mesmo movimento que ocorre, em média, em praticamente todas as faixas: diminui o percentual de população com renda até dois salários mínimos e aumenta nas demais faixas. Porém destaca-se que, em 2000, na faixa de até dois salários mínimos, os percentuais nos aglomerados são praticamente o dobro dos observados na Região (62,52% e 39,79% respectivamente). Ou seja, pode-se afirmar a existência de uma relação muito próxima entre condição social (nesse caso, medida pela renda) e território (aglomerados subnormais).

Essa relação reforça-se quando a análise recai sobre a população com renda acima de cinco salários mínimos, visto que a proporção de população a partir dessa faixa é muito baixa. Já na faixa de renda entre dois e cinco salários mínimos, observam-se alguns movimentos interessantes. Em termos regionais, a proporção de população situada nesse intervalo não aumentou muito entre 1991 e 2000 (passou de 30,00% para 32,00% entre 1991 e 2000), mas o percentual médio nos aglomerados sofreu um aumento mais significativo do que na Região (de 21,89% em 1991 foi para 30,53% em 2000). Esse fato merece que se sejam algumas considerações.

Primeiramente, levanta-se como hipótese que estaria havendo a conformação de um perfil com maior mistura social entre os moradores dos aglomerados, o que poderia ser comprovado se parte dos setores médios da população estivessem transferindo suas moradias para essas áreas. Para testar essa hipótese, foi analisada a modificação na participação das ocupações médias, conforme sua posição na hierarquia socioocupacional dos aglomerados, entre 1991 e 2000 (Tabela 2). Verificou-se que as mudanças foram tênues para justificar essa melhoria em termos de rendimentos. As ocupações médias representavam 11,36% do perfil socioocupacional dos aglomerados em 1991 e passaram para 12,22% em 2000. Portanto, não parece ter sido a migração de setores médios da população a causa dessa melhora.

Um segundo aspecto que pode ser conjecturado frente à melhoria da faixa de população com renda entre dois e cinco salários mínimos nos aglomerados é que

¹² Para calcular a proporção de população com até 10 anos de estudo, tomou-se como referência a população de cinco anos e mais, conforme foi levantado no **Censo** de 1991; para a proporção de população com mais de 10 anos de estudo, o cálculo foi feito para a população de 15 anos e mais. Para ambos os casos, foram desconsideradas do total as variáveis "sem instrução" e "não determinado".

¹³ A renda total nominal da população de 10 anos e mais corresponde à soma dos rendimentos brutos da ocupação principal, de outra ocupação, de aposentadoria ou pensão e outros.

poderia estar havendo um aumento na capacidade de consumo dessa população. Essa hipótese foi testada levando-se em consideração alguns indicadores relativos à posse de bens classificados como de média difusão,¹⁴ como é o caso de máquina de lavar roupas, automóvel e telefone, bens que foram levantados nos Censos de 1991 e 2000. Verificou-se que houve um acréscimo significativo na posse desses bens entre a população que mora nos aglomerados (Tabela 9). Se a isso se acrescentar que o salário mínimo tem como referência a cesta básica de alimentos, então, com o controle da inflação, o poder de compra aumentou relativamente, ficando, assim, fortalecida a hipótese de elevação na capacidade de consumo da população em geral, incluída aquela que vive nos aglomerados.

Contudo essa interpretação tem que ser considerada com certo cuidado, pois a posse de bens num determinado momento do tempo tem um significado relativo. Como se vive numa sociedade em que o apelo ao consumo é muito intenso, atuando inclusive em nível subliminar¹⁵, cria-se, em todos os estratos sociais da população, uma “necessidade de consumo” que é estimulada pelas oportunidades de crédito. Mas as facilidades oferecidas, em especial pelo comércio, nem sempre são sustentadas no médio ou no longo prazo, gerando um contingente considerável de devedores. Um balanço das inadimplências no comércio balizaria melhor essa hipótese.

Os aspectos acima considerados, referentes ao aumento relativo da renda, associados ao crescimento da população em aglomerados, entre 1991 e 2000, revelam que a melhoria em termos de rendimentos pode ser, em alguma medida, fator desencadeador de relativa ascensão social ou mesmo de acréscimo na capacidade de consumo das pessoas, mas não se constitui em alternativa suficiente para retirá-las da informalidade em termos de moradia.

A densidade de moradores por dormitório (Tabela 10), medida que aponta a qualidade das condições de moradia, é outro indicador que revela que houve uma relativa melhora, entre 1991 e 2000, para os moradores dos aglomerados. Aumentou o percentual de população que vive em domicílios com baixa densidade (existência

de uma a duas pessoas por dormitório na casa) e, por conseguinte, diminuiu a proporção com média (entre duas e três pessoas por dormitório) e com alta densidade (acima de três moradores por dormitório). No entanto, mantém-se muita elevada a proporção de pessoas que vivem em domicílios com alta densidade nos aglomerados (em média 31,15% em 1991 e 24,25% em 2000), em relação à Região (11% em 1991 e 8,91% em 2000). Em 2000, Novo Hamburgo era o município onde se encontrava a menor proporção de população vivendo em condições desfavoráveis (12,01%), e Gravataí, a maior proporção (28,27%).

Finalmente, para completar essa caracterização social dos moradores em aglomerados, foram avaliadas as condições de inadequação no saneamento (ausência de conexão à rede geral e de fossa séptica), que, seguindo a mesma tendência dos demais indicadores, apresentou relativa melhora entre 1991 e 2000 (passou de 66,73% para 29,90%). Mas essa melhora se mostrou insuficiente para alcançar o padrão metropolitano, que foi de 27,91% no primeiro ano e de 10,73% no segundo (Tabela 11). O município melhor situado é Sapiranga, que, em 2000, se manteve com apenas 3% dos moradores vivendo em condições inadequadas nos aglomerados, enquanto o caso mais extremo ocorre em Gravataí, em que 81,63% dessa população ainda não conquistou direito ao saneamento de modo adequado. Em Porto Alegre, pode-se dizer que os dados refletem as políticas implementadas na década, pois a melhora nas condições de saneamento dos aglomerados foi significativa, visto que o percentual de população que vivia em situações inadequadas caiu de 64,33% para 25,88%. Assim mesmo, em 2000, ainda estava muito longe da média da Cidade, que foi de 7,99% de inadequação. Mas não se pode deixar de registrar que, em nível municipal, em Viamão, Gravataí e Eldorado do Sul, mais de 20% da população vivem em condições inadequadas em termos de saneamento. Portanto, em se tratando de infra-estrutura de saneamento, ainda existem, na Região Metropolitana, municípios onde esse serviço é insuficientemente prestado pelo poder público.

¹⁴ Classificação adotada no **Metrodata-Desigualdades Intra-Urbanas nas Metrôpoles Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/cdmetrodata.htm>>.

¹⁵ Em linguagem de psicologia, diz respeito a um estímulo que não é suficientemente intenso para que o indivíduo tome consciência dele, mas que, repetido, atua no sentido de alcançar um efeito desejado (Ferreira, 2004).

Tabela 3

População total e taxa de crescimento municipal e em aglomerados subnormais, na RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	POPULAÇÃO MUNICIPAL (A)		POPULAÇÃO EM AGLOMERADOS (1) (B)		B/A (%)		TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	Municipal	Em aglomerados (2)
Cachoeirinha	88 195	107 564	-	3 133	-	2,91	2,23	-
Canoas	279 127	321 843	7 992	8 576	2,86	2,66	1,59	0,79
Eldorado do Sul	17 703	27 268	1 195	1 737	6,75	6,37	4,92	4,24
Estância Velha	28 190	35 132	780	601	2,77	1,71	2,48	-2,86
Esteio	70 547	80 048	1 523	-	2,16	-	1,41	-
Gravataí	181 035	232 629	325	2 160	0,18	0,93	2,83	23,42
Guaíba	83 102	94 307	767	1 267	0,92	1,34	1,42	5,74
Novo Hamburgo	205 668	236 193	8 121	23 064	3,95	9,76	1,55	12,30
Parobé	31 995	44 776	662	-	2,07	-	3,80	-
Portão	19 489	24 657	1 647	2 627	8,45	10,65	2,65	5,32
Porto Alegre	1 263 403	1 360 590	100 106	142 773	7,92	10,49	0,83	4,02
São Leopoldo	167 907	193 547	3 664	9 747	2,18	5,04	1,59	11,48
Sapiranga	58 675	69 189	1 596	1 216	2,72	1,76	1,85	-2,98
Viamão	169 176	227 429	-	3 570	-	1,57	3,34	-
TOTAL DA RMPA (2)	3 026 819	3 496 583	128 378	200 471	4,24	5,73	1,62	5,08

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

(1) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000. (2) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991.

Tabela 4

Distribuição relativa da população, segundo o sexo e a cor, municipal e em aglomerados subnormais da RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	MULHERES				PRETA OU PARDA			
	População Municipal		População em Aglomerados (1)		População Municipal		População em Aglomerados (1)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	50,89	51,20	-	47,91	3,61	10,42	-	12,00
Canoas	51,01	51,26	49,77	49,77	4,83	11,42	6,46	25,51
Eldorado do Sul	49,48	49,81	50,04	53,02	5,05	14,01	1,67	17,11
Estância Velha	49,70	50,00	46,54	45,76	1,79	7,97	-	5,66
Esteio	51,04	50,08	48,85	-	5,64	10,53	28,56	-
Gravataí	50,42	50,64	39,08	51,99	6,02	11,18	16,98	28,04
Guaíba	50,73	51,14	54,24	51,54	6,48	14,41	7,04	30,48
Novo Hamburgo	50,69	51,13	49,70	48,02	2,48	7,60	2,29	11,85
Parobé	49,04	49,77	48,79	-	1,22	7,41	4,23	-
Portão	49,37	49,72	48,82	52,15	4,13	7,58	4,13	13,28
Porto Alegre	53,34	53,27	50,46	50,39	7,19	16,63	16,46	34,76
São Leopoldo	50,75	51,08	46,67	50,27	3,36	8,94	3,38	17,17
Sapiranga	49,31	49,85	47,18	44,16	2,02	9,59	1,31	-
Viamão	50,51	50,94	-	49,24	7,94	19,04	-	20,65
Total da RMPA (2)	51,67	51,78	50,13	50,04	5,80	13,69	14,01	29,43

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

(1) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000. (2) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991.

Tabela 5

Distribuição relativa da população em aglomerados subnormais, segundo a idade, na RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	ATÉ 14 ANOS				DE 15 A 24 ANOS			
	População Municipal		População em Aglomerados (1)		População Municipal		População em Aglomerados (1)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	31,99	27,46	-	37,73	17,49	18,44	-	20,43
Canoas	31,66	27,35	41,49	41,86	16,87	18,79	17,57	18,89
Eldorado do Sul	34,89	30,72	43,31	34,16	16,75	18,45	22,49	19,12
Estância Velha	31,66	27,70	40,58	36,21	18,90	17,94	17,89	27,24
Esteio	31,19	26,03	36,65	-	16,65	18,86	19,95	-
Gravataí	33,25	28,06	33,61	37,55	16,94	19,28	25,07	21,34
Guaíba	32,57	28,15	34,94	39,31	16,89	18,58	14,30	17,21
Novo Hamburgo	30,68	27,38	40,00	36,88	18,67	18,08	23,41	18,27
Parobé	33,37	30,77	31,79	-	21,19	18,65	28,01	-
Portão	31,77	27,71	19,91	35,63	17,83	18,20	8,53	18,20
Porto Alegre	26,94	23,05	41,12	37,09	16,44	18,30	19,47	20,47
São Leopoldo	31,76	27,68	22,88	39,59	17,82	18,63	12,59	19,55
Sapiranga	31,50	29,22	40,43	25,47	21,43	18,99	18,44	21,94
Viamão	32,99	29,34	-	35,40	17,79	18,45	-	20,53
Total da RMPA (2)	29,97	26,19	41,10	37,12	17,30	18,53	19,79	20,07

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	DE 25 A 44 ANOS				45 ANOS E MAIS			
	População Municipal		População em Aglomerados (1)		População Municipal		População em Aglomerados (1)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	32,94	32,22	-	30,86	17,59	21,88	-	10,98
Canoas	32,45	30,62	30,26	27,43	19,02	23,23	10,69	11,82
Eldorado do Sul	31,49	30,63	22,58	34,22	16,87	20,21	11,62	12,50
Estância Velha	34,41	34,85	33,25	23,75	15,03	19,51	8,28	12,79
Esteio	33,45	31,17	32,05	-	18,71	23,94	11,36	-
Gravataí	32,85	30,54	18,46	29,26	16,96	22,11	22,87	11,85
Guaíba	33,06	31,17	26,84	26,60	17,47	22,09	23,92	16,89
Novo Hamburgo	32,90	32,85	26,78	32,05	17,75	21,68	9,82	12,80
Parobé	31,86	34,21	24,38	-	13,58	16,38	15,82	-
Portão	32,07	32,23	12,47	35,67	18,33	21,86	59,09	10,51
Porto Alegre	32,66	30,62	29,09	27,74	23,96	28,03	10,32	14,70
São Leopoldo	33,26	32,27	16,68	29,61	17,16	21,43	47,85	11,25
Sapiranga	31,15	33,54	25,00	25,97	15,92	18,25	16,13	26,62
Viamão	30,41	29,83	-	28,45	18,81	22,37	-	15,63
Total da RMPA (2)	32,51	31,13	29,00	28,54	20,22	24,15	10,12	14,27

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

(1) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000. (2) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991.

Tabela 6

Distribuição relativa da população de cinco anos e mais que não sabe ler e escrever, nos municípios e em aglomerados subnormais da RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	POPULAÇÃO MUNICIPAL		POPULAÇÃO EM AGLOMERADOS (1)	
	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	11,30	7,40	-	12,49
Canoas	11,38	7,39	23,37	14,33
Eldorado do Sul	14,76	10,73	23,11	14,62
Estância Velha	10,97	6,73	13,38	10,33
Esteio	9,93	6,35	29,41	-
Gravataí	11,71	8,09	32,31	15,55
Guaíba	12,62	8,42	28,59	17,63
Novo Hamburgo	11,23	8,22	19,83	15,21
Parobé	14,25	10,06	17,07	-
Portão	16,74	8,51	40,85	15,53
Porto Alegre	8,61	6,29	23,67	15,45
São Leopoldo	12,58	8,03	32,41	15,31
Sapiranga	13,19	9,52	26,39	16,75
Viamão	14,70	9,11	-	11,84
Total da RMPA (2)	10,75	7,47	23,92	15,26

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s. d.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

(1) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000. (2) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991.

Tabela 7

Distribuição relativa da população de cinco anos e mais e de 15 anos e mais na população municipal e na de aglomerados subnormais, segundo os anos de estudo, na RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	ATÉ 10 ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE CINCO ANOS E MAIS				MAIS DE 10 ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS (1)			
	População Municipal		População em Aglomerados (2)		População Municipal		População em Aglomerados (2)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	88,00	78,11	-	93,58	13,05	21,89	-	6,42
Canoas	85,37	80,72	96,17	96,05	15,86	22,62	4,07	3,95
Eldorado do Sul	92,13	84,00	99,45	94,63	8,52	19,28	0,59	5,37
Estância Velha	89,22	84,47	100,00	100,00	11,43	16,00	0,00	-
Esteio	83,30	74,67	98,55	-	18,25	15,53	1,47	-
Gravataí	88,70	81,02	100,00	97,70	12,38	10,67	0,00	2,30
Guaíba	89,46	80,97	100,00	95,36	11,45	18,98	0,00	4,64
Novo Hamburgo	86,26	79,43	98,75	97,03	14,72	13,98	1,31	2,97
Parobé	96,71	89,74	96,40	-	3,53	20,57	3,75	-
Portão	93,20	87,01	100,00	99,53	7,22	10,26	0,00	0,47
Porto Alegre	66,30	59,25	96,07	91,94	36,14	12,99	4,18	8,06
São Leopoldo	83,10	77,12	99,07	97,79	18,14	19,08	0,99	2,21
Sapiranga	92,98	87,44	100,00	92,65	7,49	22,88	0,00	7,35
Viamão	89,72	82,17	-	91,61	11,15	15,53	-	8,39
Total da RMPA (3)	78,70	72,23	96,54	93,25	22,95	27,77	3,68	6,75

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s. d.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

NOTA: Foram excluídos da tabela os sem instrução e os não determinados.

(1) Foi feito o corte de até 10 anos de estudo, por corresponder ao ensino fundamental completo e ao médio incompleto. (2) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000. (3) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991.

Tabela 8

Distribuição relativa da população de 10 anos e mais do total dos municípios e dos aglomerados subnormais, segundo as faixas de renda total nominal, na RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS				ENTRE DOIS E CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS			
	População Municipal		População em Aglomerados (1)		População Municipal		População em Aglomerados (1)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	56,39	40,98	-	67,87	31,37	36,87	-	30,84
Canoas	53,07	40,04	72,04	63,84	32,11	35,21	24,73	31,43
Eldorado do Sul	63,97	51,83	88,82	75,42	27,06	32,07	11,18	23,17
Estância Velha	56,62	45,48	81,84	75,77	31,28	36,55	18,16	24,23
Esteio	50,61	38,40	75,61	-	33,92	35,19	22,09	-
Gravataí	55,26	43,59	84,09	78,91	33,26	35,98	15,91	21,09
Guaíba	58,93	45,82	83,90	70,45	30,55	34,90	11,99	25,71
Novo Hamburgo	55,34	46,04	80,84	65,94	29,05	31,65	18,66	30,29
Parobé	63,95	50,73	73,78	-	30,45	38,06	26,22	-
Portão	65,60	49,28	93,61	78,24	27,01	34,20	6,39	19,89
Porto Alegre	40,31	31,83	73,40	61,06	30,23	28,75	23,05	30,93
São Leopoldo	57,79	42,37	87,92	63,65	28,10	33,21	11,48	31,50
Sapiranga	70,46	57,58	91,14	63,03	22,64	28,48	8,86	29,18
Viamão	63,87	48,70	-	55,84	27,47	34,16	-	31,50
Total da RMPA (2)	50,46	39,79	75,07	62,52	30,00	32,00	21,89	30,53

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	ENTRE CINCO E 10 SALÁRIOS MÍNIMOS				MAIS DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS			
	População Municipal		População em Aglomerados (1)		População Municipal		População em Aglomerados (1)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	9,04	16,60	-	1,29	3,21	5,56	-	0,00
Canoas	10,52	16,24	2,08	4,73	4,30	8,51	1,15	0,00
Eldorado do Sul	6,06	10,57	0,00	0,00	2,90	5,53	0,00	1,42
Estância Velha	8,85	13,01	0,00	0,00	3,26	4,96	0,00	0,00
Esteio	10,63	17,49	0,86	-	4,85	8,92	1,43	-
Gravataí	9,19	15,17	0,00	0,00	2,28	5,27	0,00	0,00
Guaíba	7,81	13,16	4,11	1,62	2,71	6,12	0,00	2,23
Novo Hamburgo	10,02	14,01	0,50	3,39	5,59	8,30	0,00	0,38
Parobé	4,15	8,41	0,00	-	1,45	2,80	0,00	-
Portão	5,52	11,21	0,00	1,03	1,86	5,31	0,00	0,84
Porto Alegre	16,47	19,56	2,63	6,38	12,99	19,86	0,92	1,62
São Leopoldo	8,96	15,39	0,60	4,10	5,15	9,03	0,00	0,75
Sapiranga	4,93	9,86	0,00	7,79	1,97	4,08	0,00	0,00
Viamão	6,52	12,80	-	10,99	2,14	4,34	-	1,67
Total da RMPA (2)	11,90	16,28	2,24	5,64	7,64	11,93	0,80	1,31

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s. d.
IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

NOTA: 1. Foram excluídos os sem rendimento.

2. A renda total nominal é o somatório de todos os rendimentos das pessoas de 10 anos e mais de idade.

(1) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000. (2) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991.

Tabela 9

Distribuição relativa da população, segundo a posse de bens de consumo, nos municípios e nos aglomerados subnormais da RMPA — 1991 e 2000

BENS	RMPA (1)		AGLOMERADOS SUBNORMAIS (2)	
	1991	2000	1991	2000
Máquina de lavar roupa	38,94	67,49	7,66	46,64
Linha de telefone	19,18	45,70	1,14	22,47
Automóvel	33,17	45,64	5,90	18,64

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

(1) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991. (2) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000.

Tabela 10

Distribuição relativa da população em aglomerados subnormais, segundo o grau de densidade de moradores por dormitório, na RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	POPULAÇÃO MUNICIPAL					
	Alta (2)		Média (3)		Baixa (4)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	11,49	8,44	24,39	17,53	64,11	74,03
Canoas	10,66	9,31	24,36	19,10	64,98	71,59
Eldorado do Sul	13,72	12,36	26,72	22,81	59,56	64,83
Estância Velha	12,11	5,71	21,51	11,85	66,38	82,44
Esteio	10,11	7,23	20,89	16,95	69,00	75,82
Gravataí	10,00	7,34	23,31	19,00	66,69	73,65
Guaíba	9,37	8,66	26,13	21,32	64,50	70,02
Novo Hamburgo	10,29	7,14	21,01	16,33	68,70	76,53
Parobé	14,11	7,37	24,08	14,27	61,81	78,36
Portão	11,81	5,01	21,09	15,31	67,09	79,68
Porto Alegre	9,85	9,32	20,52	15,74	69,62	74,94
São Leopoldo	12,30	6,81	20,99	18,20	66,71	75,00
Sapiranga	11,48	9,27	24,20	15,78	64,32	74,95
Viamão	16,16	12,20	26,32	22,11	57,52	65,69
Total da RMPA (5)	11,00	8,91	22,39	17,50	66,62	73,74

(continua)

Tabela 10

Distribuição relativa da população em aglomerados subnormais, segundo o grau de densidade de moradores por dormitório, na RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	AGLOMERADOS SUBNORMAIS (1)					
	Alta (2)		Média (3)		Baixa (4)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	-	26,80	-	30,88	-	42,32
Canoas	29,57	25,02	33,97	36,09	36,45	38,89
Eldorado do Sul	37,87	21,89	26,96	42,05	35,17	36,06
Estância Velha	38,21	26,17	23,85	28,17	37,95	45,67
Esteio	39,09	-	25,82	-	35,09	-
Gravataí	37,35	28,27	48,15	33,55	14,51	38,18
Guaíba	41,67	23,28	28,52	23,92	29,82	52,80
Novo Hamburgo	26,36	12,01	37,83	26,58	35,81	61,41
Parobé	24,92	-	23,72	-	51,36	-
Portão	37,70	19,03	36,79	25,68	25,50	55,29
Porto Alegre	30,62	26,75	31,29	26,96	38,10	46,29
São Leopoldo	38,52	18,03	26,10	37,99	35,38	43,98
Sapiranga	53,63	17,42	14,54	9,12	31,83	73,46
Viamão	-	21,54	-	25,71	-	52,75
Total da RMPA (5)	31,15	24,25	31,42	27,95	37,43	47,80

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

(1) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000. (2) Densidade alta corresponde a mais de três pessoas por dormitório. (3) Densidade média corresponde a duas ou três pessoas por dormitório. (4) Densidade baixa corresponde a uma ou duas pessoas por dormitório. (5) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991.

Tabela 11

Distribuição relativa da população municipal e em aglomerados subnormais, segundo a condição de saneamento inadequado, na RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	POPULAÇÃO MUNICIPAL		POPULAÇÃO EM AGLOMERADOS (1)	
	1991	2000	1991	2000
Cachoeirinha	11,56	5,19	-	30,78
Canoas	18,43	8,45	70,62	37,57
Eldorado do Sul	64,06	20,02	94,16	10,12
Estância Velha	22,14	7,07	11,92	10,48
Esteio	18,67	5,33	100,00	-
Gravataí	33,11	21,15	91,67	81,63
Guaíba	27,38	10,74	86,05	74,14
Novo Hamburgo	27,07	11,68	69,33	41,51
Parobé	50,98	11,58	85,65	-
Portão	63,80	17,50	95,45	39,28
Porto Alegre	19,56	7,99	64,33	25,88
São Leopoldo	21,82	9,09	77,67	39,13
Sapiranga	23,00	11,15	82,03	3,37
Viamão	83,74	23,07	-	38,81
Total da RMPA (2)	27,91	10,73	66,73	29,90

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s. d.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

NOTA: Considera-se inadequado o domicílio que não tem rede geral e fossa séptica.

(1) Não há dados relativos à população nos aglomerados de Cachoeirinha e Viamão, em 1991, e nos de Esteio e Parobé, em 2000. (2) Estão considerados os 22 municípios relativos a 1991.

2 Considerações finais

Deste breve balanço das condições de vida da população que habita os aglomerados subnormais da Região Metropolitana de Porto Alegre, podem ser destacadas algumas idéias centrais.

Os estudos sobre favela têm, reiteradamente, destacado as limitações impostas pelos dados censitários ao conhecimento efetivo das favelas ou vilas irregulares. Essa é uma lacuna muito importante no conhecimento dessa problemática, que assume contornos alarmantes, principalmente nas grandes cidades e metrópoles. Com isso, mesmo que haja vontade política por parte dos governantes, fica difícil a adoção de medidas eficazes para enfrentar o problema que não sejam meramente de natureza pontual e limitada.

Certamente, programas específicos, como os de regularização fundiária, são importantes e bem-vindos, mas não são suficientes, se não houver perspectivas de mudanças estruturais (crescimento da economia,

disposição política, instrumentos jurídicos, reestruturação urbana, oferta de emprego, dentre outros). Se for considerado que “[...] a velocidade da ocupação irregular/ilegal é maior do que a capacidade dos governos de acompanhá-la” (Cenecorta; Smolka, 2000), torna-se cada vez mais urgente a adoção de políticas claras e precisas que priorizem, além do aumento das oportunidades de emprego, as ações voltadas para a questão da moradia urbana. O fato é que, mantidas as atuais condições estruturais da sociedade, um grande contingente de famílias continuará a buscar esse tipo de alternativa para morar.

Os reiterados processos de valorização do solo urbano nas grandes cidades também pesam sobremaneira na manutenção das vilas irregulares, uma vez que acabam repercutindo nas áreas onde essas vilas se encontram. Isso é válido, em especial, se as mesmas estão próximas a espaços “nobres”. Nesse caso, essa população acaba sofrendo forte pressão para se desalojar e, muitas vezes, é impelida a buscar outros sítios mais distantes (em alguns casos, há resistência à pressão).

Quanto ao perfil da população ocupada residente em aglomerados subnormais, os dados apontam uma situação inalterada entre 1991 e 2000, com predominância dos trabalhadores cujas ocupações não requerem muitas especializações, são de baixa remuneração e alto potencial de informalidade, como é o caso dos trabalhadores da construção civil, seguido pelo dos das ocupações domésticas. Essa é uma distinção importante, quando comparada à situação média da metrópole, em que as ocupações enfatizadas estão distribuídas entre os trabalhadores do Secundário (em especial, os ligados à indústria tradicional), as ocupações médias e os trabalhadores do Terciário Especializado, entre os quais tendem a predominar relações formais de trabalho.

No que diz respeito às mudanças no perfil social da população que vivia em aglomerados subnormais, entre 1991 e 2000, constatou-se que ela se tornou menos jovem e mais idosa, mais preta e parda e, também, que melhorou em termos da alfabetização, tendo, inclusive, aumentado seus anos de estudo e melhorado o acesso à renda. Mas é inegável que, quando comparadas com as condições gerais da Região, essas mudanças positivas ficam muito aquém das necessidades dessa população, não se podendo falar em um padrão de vida condigno nessas áreas. Fica, portanto, marcadamente expressa a permanência da desigualdade e da segregação social na RMPA.

Referências

- BARCELLOS, Tanya. Região Metropolitana de Porto Alegre: expansão urbana e dinâmica imobiliária nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 65-90, 2004.
- BRASIL chega ao século 21 com mais de 3,9 mil favelas. **Zero Hora**, 8 jan. 2001.
- BRASIL tem 16 mil favelas cadastradas. **Zero Hora**, 13 nov. 2003. p. 43.
- CENECORTA, Alfonso Iracheta; SMOLKA, Martim O. O paradoxo da regularização fundiária: acesso à terra servida e pobreza urbana no México. **Cadernos do IPPUR**, v. 14, n. 1, p. 87-117, jan./jul. 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Curitiba: Positivo Informática, 2004.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. As favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte: desafios e perspectivas. In: BÓGUS, Lúcia M.; RIBEIRO, Luiz César de Q. (Org.). **Desigualdade e governança**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 61-80. (Cadernos Metrôpole, n. 5).
- GUIMARÃES, Berenice Martins. As vilas favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, Luiz César de Queirós (Org.) **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000. p. 351-374.
- IBGE. **Censo Demográfico 1991**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, s. d.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- JARDIM, M. de Lourdes; BARCELLOS, Tanya M. de. **Análise das diferenças sociais nos fluxos populacionais para a metrópole de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2006. (Trabalho apresentado no XV ABEP, Caxambu, 18 a 22 de setembro de 2006).
- LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, EDUC, n. 5, p. 37-60, 2001.
- MAMMARELLA, R. Moradia irregular e condições de vida na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma visão preliminar. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 33-64, maio 2004.
- MAMMARELLA, R. **Práticas coletivas e autonomia num movimento popular urbano: o caso da Vila Santo Operário 1979-1990**, 1996. (Dissertação de Mestrado no PPG-Sociologia-UFRGS, Porto Alegre, 1996).
- MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. Desigualdades sociais e espaciais na metrópole: um olhar sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre em 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 137-162, 2005a.
- MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. Estrutura social e segmentação do espaço metropolitano: um retrato da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2000. **Cadernos Metrôpole**, n. 13, p. 133-170, 1º sem. 2005.
- MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T.; KOCH, M. Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 94-113, 2000.
- MAPA da pobreza de Curitiba. Curitiba: UFPR; IPARDES; IPPUC, 1997.

METRODATA. **Desigualdades intra-urbanas nas metrópoles brasileiras**. Disponível em:

<<http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/>>.

Acesso em: out. 2006.

MORAES, Aldovan de O.; ANTON, Flávio J. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre, PMPA; DEMHAB, 2000.

OLIVEIRA, L. Os excluídos 'existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 49-61, fev. 1997.

OLIVEIRA, Paulo André de. **Desemprego estrutural**.

Disponível em:

<http://www.fmr.edu.br/publicacoes/pub_08.pdf>.

Acesso em: 26 set. 2006.

PERFIL da habitação de interesse social em Porto Alegre: relatório final. São Paulo; Porto Alegre: PÓLIS; DEMHAB, 2004.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000. p. 375-406.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000. p. 63-98.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, ANPUR, n. 3, p. 111-130, set. 2000.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Emilia. **A produção capitalista da casa (e das cidades) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 21-36.

SOUZA, Ângela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras — (Re)Qualificando a questão para Salvador-BA. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo: EDUC, n. 5, p. 81-116, 2001.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo — censos, consensos e contra-censos. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo: EDUC, n. 5, p. 11-36, 2001.

TEIXEIRA, Igor. Habitação de interesse social e condições de moradia: análise das relações sociais entre moradores e agentes de um programa de habitação em Porto Alegre — RS. Porto Alegre, 2005. (Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais — UFRGS).

TORRES, Haroldo da G.; MARQUES, Eduardo C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, ANPUR, n. 4, p. 49-70, maio 2001.